

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

LICITAÇÕES, CONTRATOS E PARCERIAS

PARECER Nº 527/2025

PROCESSO nº 52659/2025 – Chamamento Público (a numerar);

ORIGEM: Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA);

OBJETO: Credenciamento de clínicas e hospitais veterinários para prestação de serviços especializados em castração cirúrgica e implantação de microchip nas espécies caninas e felinas, especificações, quantidades e exigências contidas no Edital, para o período de 12 (doze) meses, para melhor atender as necessidades geradas pelas demandas da Diretoria de Bem Estar Animal;

Valor total máximo estimado: R\$ 746.298,00 (setecentos e quarenta e seis mil duzentos e noventa e oito reais)

Ementa: Direito Administrativo. Licitações e Contratos. Credenciamento. Chamamento Público. Serviços comuns. Configuração de contratações paralelas e não excludentes, isto é, simultâneas e em condições padronizadas. Art. 79, I, da Lei nº 14.133/2021 e art. 205, I, do Decreto Municipal nº 32.398/2024. Fase interna. Análise jurídica prévia. Art. 53, §1º, da Lei nº 14.133/2021. Ressalvas e recomendações.

1. RELATÓRIO

A Diretoria de Licitações e Contratos (DILC) solicita análise jurídica sobre o **Chamamento Público** em epígrafe, em cumprimento ao disposto no art. 53, §1º, bem como arts. 11 ao 27 e arts. 40 ao 44, todos da Lei nº 14.133/2021, que dispõem sobre **fase interna de contratação**. Aplicáveis os arts. 6º, XLIII, art. 78, inciso I e art. 79, I, todos da Lei nº 14.133/2021, que tratam especificamente acerca do procedimento auxiliar em questão. Incidente ainda, o Decreto Municipal nº 32.398/2024, o qual regulamenta a Lei nº 14.133/2021.

Constam do expediente, nesta ordem: Compilado de documentos descartados e de arquivos editáveis da fase de planejamento; Memorando de abertura nº 45.230/2025-SMMA-Setor Financeiro; Memorando nº 46.692/2025-SMAD/DILC, com indicação de correções, identificadas pelo Agente de Contratação, a serem realizadas nos artefatos de planejamento, bem como respectiva resposta no Memorando nº 49.479/2025-SMMA; Autorização de Abertura; Lista de Verificação da Demandante; Memorando nº 13.960/2025-SMMA, de designação da equipe de planejamento; Memorando nº 41.947/2025 à SMAD, voltada à emissão de ato oficial; Portaria nº 81.961 (designação da Comissão Especial de Licitação); Declaração de indicação de gestor e fiscal; Portaria nº 81.887 (designação de gestor e fiscal); Documento de Formalização

Praça Getúlio Vargas, nº 280 – Centro – Foz do Iguaçu – PR – Fone: (45) 2105 1319/1323

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

LICITAÇÕES, CONTRATOS E PARCERIAS

de Demanda (DFD); Estudo Técnico Preliminar (ETP); Relatório de Pesquisa de Preços (RPP); Cotações de preço; Planilha Comparativa; Declaração de Adequação Orçamentária com Requisição de Material e/ou Serviços (RMS) nº 5561/2025; Termo de Referência (TR) com Instrumento de Medição de Resultados (IMR); Minuta do Edital e Minuta do Contrato.

Registro que o feito fora originalmente encaminhado a esta Procuradoria em 15/07/2025, ocasião em que se exarou despacho preliminar, de minha lavra, com ressalvas quanto à ausência e/ou insuficiência de motivação dos documentos relativos à fase de planejamento. Posteriormente, transcorridos 15 (quinze dias), o processo retornou a esta especializada, com retificação do DFD, ETP, TR, compilados no Memorando nº 54.733/2025-SMMA-Setor Financeiro.

Os artefatos de planejamento encontram-se devidamente assinados pelos respectivos responsáveis, via sistema SID (Lei Municipal nº 4.536/2017, Decreto Municipal nº 28.900/2021), indicando devida segregação de funções (art. 5º, art. 7º, §1º e art. 169, §3º, II, da Lei nº 14.133/2021 e art. 16 do Decreto Municipal nº 32.398/2024).

Finda a fase de planejamento da contratação, o processo veio à análise e parecer desta Procuradoria, na forma do art. 53, *caput* e §§1º e 4º, da Lei nº 14.133/2021, bem como art. 197, III, do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

É o relatório. Passo a fundamentar.

2. FUNDAMENTAÇÃO

De partida, cumpre esclarecer que a presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir à gestão municipal no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o já citado art. 53, §1º, da Lei nº 14.133/2021, ao discorrer quanto às exigências legais para a prática de determinado ato administrativo sob o aspecto estritamente jurídico, de acordo com os documentos e informações fornecidos pelo consulente.

Dessa forma, nos termos do art. 6º, §5º, do Decreto Municipal nº 32.398/2024, esta análise não adentra a aspectos de conveniência e

Praça Getúlio Vargas, nº 280 – Centro – Foz do Iguaçu – PR – Fone: (45) 2105 1319/1323

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

LICITAÇÕES, CONTRATOS E PARCERIAS

oportunidade, tampouco a critérios eminentemente técnicos ou administrativos, salvo em casos de manifesta teratologia, compreendida como “qualquer decisão precipitada, tomada sem o devido cuidado, sem medir as consequências no mundo fático, que leve à desarmonia, à invasão de competências e ao fomento do conflito e da desordem jurídica” (DALLARI¹, 2017, s.p.).

Acrescento ao tema o **Enunciado da Boa Prática Consultiva nº 07 da Advocacia Geral da União (AGU)**², cujo teor evidencia que manifestações opinativas ou recomendações que, excepcionalmente, possam impactar aspectos técnicos, administrativos ou discricionários serão devidamente justificadas, com ênfase ao caráter não vinculativo do acatamento.

Ainda, em conformidade ao art. 6º, §6º, do Decreto Municipal nº 32.398/2024, reitero que os pareceres são vinculativos em relação aos Agentes de Contratação, Comissão de Contratação e Fiscais de Contrato, mas possuem caráter opinativo quanto aos Agentes Políticos.

Estabelecidas essas balizas, necessário reforçar que não compete a esta Procuradoria investigar todo o procedimento e/ou sindicado sobre a veracidade dos documentos/informações constantes, justificativas, cotação de preços, análise mercadológica, disponibilidade orçamentária etc.

A decisão pela contratação é da Administração superior, que deve ter como norte principal o atendimento do interesse público, aliado aos demais princípios elencados no art. 5º da Lei nº 14.133/2024.

O agente responsável pela contratação fora devidamente indicado por portaria de designação, atendendo o *caput* do art. 8º da Lei nº 14.133/2021.

Quanto à composição do processo, em linhas gerais, é possível atestar suficiente instrução, com a documentação e informações essenciais e pertinentes

¹DALLARI, Adilson Abreu. Decisões teratológicas são conflitantes com o princípio da razoabilidade. Portal Consultor Jurídico. 2017, Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2017-jun-29/interesse-publico-decisoes-teratologicas-conflitam-principio-razoabilidade/>>

² Manual de Boas Práticas Consultivas. 4ª edição. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/conjur/biblioteca-eletronica/manuais/manual-de-boas-praticas-consultivas>>

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

LICITAÇÕES, CONTRATOS E PARCERIAS

consoante normatização regente, ressaltando-se a autorização superior, planejamento e previsão orçamentária para custeio da contratação.

O objeto, devidamente definido, aparenta enquadrar-se em hipótese a se processar mediante Credenciamento, consoante art. 79, I, da Lei nº 14.133/2021 e art. 205, I, do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

A esse respeito, o diagnóstico da origem sobre a necessidade pública a ser atendida deu-se nos seguintes termos (item II.1, pp. 1 a 3 do ETP):

II – DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

A presente demanda de contratação está inserida no âmbito da política pública municipal de controle populacional de cães e gatos, com foco na esterilização de machos, e decorre de um cenário crítico enfrentado pelo Município de Foz do Iguaçu. Observa-se um aumento expressivo na população de animais em situação de abandono, o que gera superlotação nos abrigos e organizações protetoras. Este cenário tem gerado impactos diretos na saúde pública, com o crescimento de zoonoses, e no equilíbrio ambiental urbano, pois a superpopulação de animais contribui para diversos problemas sanitários e de convivência nas áreas públicas.

Além disso, a centralização dos serviços de castração atualmente ofertados, concentrados em regiões centrais do município, tem dificultado o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade social. Apesar do interesse crescente pela castração, estas famílias enfrentam dificuldades relacionadas ao deslocamento e ao custo do serviço, o que as torna incompatíveis com sua realidade socioeconômica. Como resultado, o número de animais soltos nas vias públicas continua a crescer, exacerbando os riscos sanitários, ambientais e sociais já mencionados.

Como resposta inicial à crescente demanda por esterilização, sobretudo de fêmeas, foi lançado o Chamamento Público nº 01/2023 (Processo Administrativo nº 70428/2024), culminando em onze contratações diretas via inexigibilidade. As clínicas e hospitais veterinários contratados foram:

- PetBrazil Animal Care Ltda – Contrato nº 136/2023, Processo nº 168/2023;
- União Dinâmica de Faculdades Cataratas – UDC Ltda – Contrato nº 170/2023, Processo nº 185/2023;
- Clínica Foz Pet Ltda – Contrato nº 71/2024, Processo nº 36/2024;

Praça Getúlio Vargas, nº 280 – Centro – Foz do Iguaçu – PR – Fone: (45) 2105 1319/1323

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

LICITAÇÕES, CONTRATOS E PARCERIAS

- Pollivet Veterinária – Contrato nº 72/2024, Processo nº 38/2024;
- Clínica Veterinária Vetlemos Ltda – Contrato nº 149/2024, Processo nº 106/2024;
- Cantinho do Pet – Contrato nº 93/2024, Processo nº 55/2024;
- Clínica Veterinária Coração do Pet Ltda – Contrato nº 147/2024, Processo nº 105/2024;
- ProntoDog Clínica e Hospital Veterinário Ltda – Contrato nº 204/2024, Processo nº 178/2024;
- Clínica Veterinária Bem Animal Ltda – Contrato nº 240/2024, Processo nº 192/2024;
- ACC Clínica Veterinária Ltda – Contrato nº 337/2024, Processo nº 272/2024;
- LC Clínica Veterinária Ltda – Contrato nº 387/2024, Processo nº 301/2024.

Apesar dos resultados positivos alcançados, a cobertura permaneceu limitada — tanto em termos de abrangência territorial quanto de público-alvo — uma vez que o foco das ações concentrou-se exclusivamente na esterilização de fêmeas. Tal delimitação gerou uma lacuna expressiva na política pública, ao negligenciar os animais machos, cuja participação no ciclo reprodutivo é igualmente determinante para conter o crescimento populacional descontrolado.

A subutilização de estratégias voltadas à castração de machos comprometeu a efetividade do controle populacional, dado que um único macho não castrado pode fecundar diversas fêmeas ao longo de sua vida reprodutiva, resultando em um aumento exponencial da população de animais. Essa constatação é evidenciada pelos dados contidos na Tabela 1, que mostram a predominância de esterilizações realizadas em fêmeas, com um número expressivamente menor de machos atendidos.

A necessidade de readequação da estratégia municipal de controle populacional é, portanto, urgente. Com o intuito de ampliar a cobertura do programa e incluir a castração de machos, foi instituído o Chamamento Público nº 09/2024 (Processo Administrativo nº 71.278/2024), com o objetivo de credenciar clínicas e hospitais veterinários especializados na castração e microchipagem de machos. Cinco clínicas estão em processo final de habilitação:

- Clínica Veterinária Vetlemos Ltda – Processo nº 82565/2024

Praça Getúlio Vargas, nº 280 – Centro – Foz do Iguaçu – PR – Fone: (45) 2105 1319/1323

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

LICITAÇÕES, CONTRATOS E PARCERIAS

- Clínica Veterinária Coração do Pet Ltda - - Processo nº 81663/2024
- BV Tikasue Clínica Veterinária Ltda – Processo nº 11029/2025
- Pronto Dog Clínica e Hospital Veterinário Ltda - Processo nº 14177/2025
- PetBrazil Animal Care Ltda - Processo nº 82786/2024

Contudo, as ações em andamento ainda enfrentam limitações estruturais decorrentes do modelo fixo de atendimento, cujas unidades estão centralizadas e não atendem adequadamente as áreas periféricas do município, onde a demanda é maior.

Ademais, a recente reestruturação da Diretoria de Bem-Estar Animal (DIBA), promovida pela Lei Municipal nº 5.523/2025, que transferiu a DIBA da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Comercial, Industrial e Agropecuário (SMDC) para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA), trouxe uma nova orientação estratégica, exigindo uma reavaliação dos instrumentos utilizados e a adoção de medidas mais alinhadas com as diretrizes sanitárias e ambientais.

É nesse contexto que se propõe a contratação de serviços móveis, com a implementação de um **Centro Cirúrgico Móvel (Castramóvel)**, destinado à castração e microchipagem de machos nos territórios mais vulneráveis do município. A proposta visa superar as fragilidades previamente identificadas, como a limitação geográfica, a centralização dos serviços e a exclusão dos machos das prioridades de atendimento.

A contratação do Castramóvel não substitui os contratos vigentes com clínicas fixas, mas complementa estrategicamente os serviços já oferecidos. Esta medida visa otimizar a execução do programa, ampliando a cobertura e oferecendo acesso aos serviços de castração para as famílias em situação de vulnerabilidade, protetores de animais e organizações não governamentais (ONGs) que atuam em áreas de difícil acesso.

A priorização da castração de machos justifica-se pelo fato de o procedimento ser menos invasivo, com menor tempo cirúrgico, menor risco anestésico e recuperação pós-operatória mais simples. Tais características tornam a **orquiectomia** (castração de machos) ideal para a realização em uma unidade móvel, otimizando os atendimentos e a alocação de recursos humanos e financeiros. Além disso, a esterilização de machos contribui diretamente para o controle populacional, reduzindo comportamentos indesejados como brigas, fugas e marcação territorial, melhorando a convivência urbana e promovendo o bem-estar animal.

Desta forma, a contratação proposta é uma medida técnica, emergencial e estrategicamente adequada para resolver a demanda reprimida, corrigir a assimetria de gênero nos atendimentos e ampliar a cobertura geográfica dos serviços. Com o **Castramóvel**, será possível descentralizar o atendimento, alcançar as comunidades periféricas e garantir uma resposta mais rápida e eficaz à superpopulação de animais. Essa medida visa fortalecer a política pública municipal, melhorar a gestão dos recursos públicos e promover uma maior equidade no acesso aos serviços de controle populacional de animais, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Lei Municipal nº 5.523/2025, pelo **Decreto Municipal nº 32.854/2024** e demais normativas pertinentes.

Figuras 1 a 6 – telas comprobatórias extraídas do item II.1, pp. 1 a 3 do ETP

Praça Getúlio Vargas, nº 280 – Centro – Foz do Iguaçu – PR – Fone: (45) 2105 1319/1323

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

LICITAÇÕES, CONTRATOS E PARCERIAS

Feitas essas considerações, a partir de um prisma conceutivo, se de um lado a CF/88 contempla a necessidade de licitação prévia às contratações públicas, de outro ressalva exceções:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

As exceções supracitadas, de ordem infraconstitucional, traduzem hipóteses de licitação dispensada, dispensa e, *in casu*, inexigibilidade de licitação.

Ora, a licitação é um procedimento essencialmente competitivo. Porém, uma vez impossibilitada a disputa, a licitação se faz inexigível. Tal situação é prevista pelo art. 74 da Lei nº 14.133/2021, que exemplifica os casos de inexigibilidade, dentre eles aqueles decorrentes de credenciamento via chamamento público, cujos conceito e hipóteses estão definidos nos arts. 6º, XLIII e 79, neste ora considerada a opção pelo inciso I:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: [...]

IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;

Art. 6º. [...]

XLIII - credenciamento: processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados;

Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:

Praça Getúlio Vargas, nº 280 – Centro – Foz do Iguaçu – PR – Fone: (45) 2105 1319/1323

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

LICITAÇÕES, CONTRATOS E PARCERIAS

I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas; [...]

O Prof. Marçal Justen Filho³ discorre sobre o instituto em sua consagrada obra Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos:

"Credenciamento é ato administrativo unilateral, emitido em virtude do reconhecimento do preenchimento de requisitos predeterminados por sujeitos interessados em futura contratação a ser pactuada em condições predeterminadas e que independem de uma escolha subjetiva por parte da Administração.

O cadastro para credenciamento deve estar permanentemente aberto a futuros interessados, ainda que seja possível estabelecer certos limites temporais para contratações concretas.

Não existe um modelo único de credenciamento. Há uma multiplicidade de figuras entre si distintas, o que se traduz nos três incisos do art. 79 da Lei 14.133/2021.

Também existe proximidade entre o credenciamento e a inviabilidade de competição. Tal decorre de que, em alguns casos, há a possibilidade de contratação de um número indeterminado de particulares para executar o objeto padronizado. Em outros casos, a escolha não incumbe à Administração. E há situações em que as variações do mercado conduzem à inviabilidade de determinação estável de preços a serem praticados.

Contratações paralelas e não excludentes: A hipótese teórica mais evidente de credenciamento é a contratação de número ilimitado de fornecedores. Essa hipótese é muito incomum, eis que a Administração dispõe de recursos financeiros delimitados e finitos. Como decorrência, a Administração deverá limitar-se as suas contratações à dimensão dos recursos disponíveis e à satisfação de necessidades existentes num determinado período de tempo. Isso não significa admitir que existiria um universo ilimitado de sujeitos em condições de contratação. A efetiva contratação depende do preenchimento de requisitos mínimos pelos

³ JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2023 p. 1168-69.

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

LICITAÇÕES, CONTRATOS E PARCERIAS

interessados. Tal implica a delimitação do universo de sujeitos em condições de contratação. Portanto, é fundamental que a Administração imponha condições mínimas de cadastramento que lhe assegurem a obtenção de prestações dotadas da qualidade adequada."

Em âmbito municipal, por sua vez, o procedimento é regulamentado pelo Decreto Municipal nº 32.398/2024, artigos 205 e seguintes:

Art. 205. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:

I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;

[...]

§ 1º Nos procedimentos de credenciamento deverão ser observadas as seguintes regras:

I - a Administração deverá divulgar e manter à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, edital de chamamento de interessados, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados;

II - na hipótese do inciso I do caput deste artigo, quando o objeto não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, deverão ser adotados critérios objetivos de distribuição da demanda, tais como data da apresentação dos documentos para requerer o credenciamento, sorteio e localidade ou região onde serão executados os trabalhos;

III - o edital de chamamento de interessados deverá prever as condições padronizadas de contratação e, nas hipóteses dos incisos I e II do caput deste artigo, deverá definir o valor da contratação;

Especificamente no tocante à opção pelo processamento via Credenciamento, discorre a origem (item III.1, pp. 13 a 17 do ETP):

III – PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES (PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO)

1. Levantamento de Mercado

Praça Getúlio Vargas, nº 280 – Centro – Foz do Iguaçu – PR – Fone: (45) 2105 1319/1323

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

LICITAÇÕES, CONTRATOS E PARCERIAS

Considerando a crescente demanda por políticas públicas de controle populacional de cães e gatos no município de Foz do Iguaçu, notadamente por meio de castração cirúrgica e identificação eletrônica, foi conduzido estudo técnico comparativo entre as principais soluções disponíveis no mercado. A análise levou em conta fatores operacionais, financeiros, sanitários, legais e logísticos.

1.1. Das opções consideradas

a) Solução 1 – Construção de um Centro Cirúrgico Municipal de Castração

Descrição:

Implantação de unidade fixa para castração, com estrutura física própria da Administração Pública, incluindo obras civis, aquisição de equipamentos, mobiliário e insumos cirúrgicos, além da formação de equipe técnica fixa (médico veterinário e auxiliares) para execução direta dos serviços.

Vantagens:

- Infraestrutura permanente e institucionalizada.
- Maior controle gerencial sobre a prestação do serviço.
- Possibilidade de integrar outros programas municipais de saúde animal.

Desvantagens:

- Elevado custo de implantação, além de custos fixos com pessoal, manutenção e insumos.
- Prazo de implementação prolongado, incompatível com a urgência da demanda.
- Necessidade de provimento de cargos por concurso público (inexistente no momento), ou processo seletivo específico.
- Estrutura fixa com baixa capacidade de deslocamento, limitando o atendimento às regiões mais periféricas.
- Risco de subutilização do espaço em períodos de baixa demanda.

b) Solução 2 – Execução Direta com Equipe Própria e Castramóvel:

Descrição Técnica:

A presente solução consiste na ampliação da estrutura própria da Diretoria de Bem-Estar Animal para execução direta dos procedimentos de castração cirúrgica e microchipagem de cães e gatos machos, com utilização de unidade móvel (Castramóvel) pertencente à Administração Municipal. Para tal, seria necessária a formação de equipe técnica própria,

Praça Getúlio Vargas, nº 280 – Centro – Foz do Iguaçu – PR – Fone: (45) 2105 1319/1323

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

LICITAÇÕES, CONTRATOS E PARCERIAS

aquisição de insumos, equipamentos cirúrgicos e implantação de rotinas de gestão e controle sanitário.

Premissas Operacionais:

- Operação de 01 Castramóvel com equipe Prefeitura de Foz do Iguaçu;
- Formação de equipe mínima composta por 01 médico veterinário e 01 auxiliar/técnico;
- Capacidade estimada de 300 procedimentos mensais (castração + microchipagem).

Memória de Cálculo – Equipe Mínima Necessária

EQUIPE MÍNIMA PARA EXECUÇÃO DIRETA PELA SMMA								
Cargo	Salário Base	Adicional Insalubridade	1/3 Férias	Parcela 13º	Previdência	Licença Especial	Vale	Custo mês (em R\$)
MÉDICO VETERINÁRIO JÚNIOR	R\$ 5.088,18	R\$ 1.017,64	R\$ 2.035,27	R\$ 508,82	R\$ 1.007,46	R\$ 305,29	R\$ 500,00	R\$ 10.462,66
AUXILIAR	R\$ 2.578,11	R\$ 2.556,48	R\$ 1.711,53	R\$ 427,88	R\$ 541,08	R\$ 256,73	R\$ 500,00	R\$ 8.571,81
	R\$ 7.666,29	R\$ 3.574,12	R\$ 3.746,80	R\$ 936,70	R\$ 1.548,54	R\$ 562,02	R\$ 1.000,00	R\$ 19.034,47
Total Anual								R\$ 228.413,61

Observações Importantes:

- Os valores acima referem-se exclusivamente à remuneração da equipe mínima necessária, conforme tabela de vencimentos da PMFI, considerando encargos trabalhistas, adicionais legais e benefícios obrigatórios.
- **Não estão incluídos** os custos com:
 - Insumos cirúrgicos (luvas, campos, fios de sutura, gases, máscaras, etc.);
 - Medicamentos (anestésicos, analgésicos, antibióticos, anti-inflamatórios, etc.);
 - Microchips e kits de aplicação;
 - Materiais de limpeza e desinfecção da unidade móvel e equipamentos;
 - Descarte de resíduos biológicos e perfurocortantes, conforme norma sanitária;
 - Equipamentos cirúrgicos;
 - Suprimentos diversos (agulhas, seringas, equipos, soluções, entre outros).

Praça Getúlio Vargas, nº 280 – Centro – Foz do Iguaçu – PR – Fone: (45) 2105 1319/1323



PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

LICITAÇÕES, CONTRATOS E PARCERIAS

Desvantagens Técnicas e Operacionais

- Ausência de profissionais especializados no quadro efetivo da Administração para atendimento exclusivo à política de controle populacional animal;
- Inexistência de concurso público vigente para provimento dos cargos de médico veterinário e auxiliar técnico, inviabilizando a contratação imediata;
- Impossibilidade de realocação interna de servidores sem impactar negativamente outras atividades finalísticas da pasta;
- Custo fixo elevado relacionado à manutenção da equipe, à aquisição de materiais e à gestão administrativa contínua;
- Prazo de implementação prolongado, incompatível com a urgência e a natureza preventiva e contínua da demanda;
- Baixa flexibilidade operacional, limitada à atuação de apenas uma equipe e à capacidade física de atendimento do Castramóvel.

c) Solução 3 – Contratação de Empresa Especializada para prestação de serviços em Unidade Móvel de Esterilização

Descrição:

Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de esterilização cirúrgica e identificação de cães e gatos, com fornecimento de toda a infraestrutura (equipamentos, insumos, mão de obra técnica), em unidade móvel.

Vantagens:

- Equipes já capacitadas, com experiência comprovada.
- Fornecimento integral dos insumos e materiais pela contratada, reduzindo encargos operacionais da Administração.
- Atendimento móvel, por meio do Castramóvel da Prefeitura, ampliando o alcance territorial do serviço.
- Conformidade legal com a Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), viabilizada por processo de credenciamento ou contratação direta via dispensa, conforme o caso.

Desvantagens:

- Necessidade de gestão e fiscalização permanente por parte da Administração.
- Custos unitários superiores em comparação à operação direta, embora diluídos no volume contratado.

Figuras 7 a 12 – telas comprobatórias extraídas do item III.1, pp. 13 a 16 do ETP

Praça Getúlio Vargas, nº 280 – Centro – Foz do Iguaçu – PR – Fone: (45) 2105 1319/1323

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

LICITAÇÕES, CONTRATOS E PARCERIAS

A partir da leitura do ETP, conclui-se que a hipótese *in casu* se amolda ao art. 79, I, da Lei nº 14.133/2021 e do art. 205, I, do Decreto Municipal nº 32.398/2024, situação em que é viável e vantajoso para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.

A finalidade do subtópico de levantamento de mercado, integrante do item de prospecção de soluções no ETP, aliás, é promover a comparação das alternativas possíveis, acompanhada da justificativa técnica e econômica quanto à escolha do tipo de solução adotada.

Nesse contexto, Carlos Henrique Harper Cox⁴ (2024, p.157) aduz que “o objetivo dessa etapa do ETP é justamente focar na necessidade da unidade demandante e realizar uma prospecção de paradigmas de solução no mercado”. Para tanto, adoto o roteiro proposto pelo referido autor, a fim de que a origem: 1. levante as soluções de mercado existentes para o problema identificado; 2. apure o valor financeiro das soluções encontradas; 3. confronte o custo-benefício de **ao menos duas soluções** e; 4. motive a escolha da solução, a partir da combinação de aspectos relacionados ao **custo, qualidade e sustentabilidade**, o nominado “best value for money.”

Sendo assim, como requisito básico deste procedimento auxiliar, deve a Secretaria Demandante demonstrar que houve apurado planejamento, por meio do enfrentamento de ao menos outra alternativa possível, com justificativa técnica e econômica robusta e capaz de evidenciar a adequação e vantagem da demanda pública identificada.

A partir dessas balizas, a SMMA concluiu que o Credenciamento é a opção mais adequada à necessidade pública vertente, conforme razões apresentadas nos itens III.1.2 e III.1.3, pp. 16 a 18 do ETP, a seguir transcritas:

⁴ COX, Carlos Henrique Harper. Planejamento operacional das Contratações Públicas conforme a Lei nº 14.133/2021. 2ª edição. Apresentação de Jacoby Fernandes. Prefácio por Ronny Charles. São Paulo: Editora JusPODIVM, 2024.

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

LICITAÇÕES, CONTRATOS E PARCERIAS

1.2. Da Análise Comparativa e Escolha da Solução

Para atender à crescente demanda pelos serviços de controle populacional de cães e gatos, foram analisadas três soluções operacionais:

- a) a construção de um centro cirúrgico municipal;
- b) a execução direta por equipe própria da Administração, com uso do Castramóvel; e
- c) o credenciamento de pessoas jurídicas para prestação dos serviços, também com apoio do Castramóvel municipal.

A primeira alternativa, embora represente uma estrutura permanente e voltada para o longo prazo, apresenta elevado custo de implantação e prazo prolongado para execução, abrangendo aquisição de imóvel, realização de obras civis, aquisição de equipamentos especializados e constituição de equipe técnica. Além disso, sua capacidade de resposta a demandas emergenciais é limitada, o que a torna mais adequada a estratégias estruturantes de médio e longo prazo, e não para atendimento imediato da população.

A segunda opção, que prevê a utilização do Castramóvel da Prefeitura com execução direta por equipe da Administração, também encontra limitações operacionais. Apesar de contar com estrutura móvel disponível, exige a contratação de pessoal especializado, aquisição contínua de insumos e coordenação interna dos serviços. Destaca-se, ainda, a inexistência de profissionais habilitados no quadro atual da Administração e a ausência de concurso público vigente, fatores que inviabilizam a implementação em curto prazo. Soma-se a isso o custo fixo elevado, decorrente da manutenção de equipe própria e da estrutura administrativa associada.

A terceira alternativa, por sua vez, que prevê a contratação de clínicas e hospitais veterinários para a realização dos procedimentos cirúrgicos com o uso do Castramóvel municipal, revela-se a solução mais eficiente, escalável e economicamente vantajosa. Trata-se de modelo já consolidado, com capacidade de rápida operacionalização, permitindo a execução descentralizada nos territórios, com pagamento condicionado à efetiva prestação dos serviços, o que favorece o controle orçamentário. Além disso, proporciona maior flexibilidade na gestão da demanda, e permite a inclusão contínua de novos prestadores conforme a necessidade do Município. Ressalte-se que essa modalidade está plenamente alinhada à Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos) e ao Decreto Municipal nº 32.398/2024, garantindo segurança jurídica e conformidade administrativa.

Diante disso, a solução mais eficiente, célere e juridicamente segura é a contratação de prestadores de serviços de castração e microchipagem, com uso do Castramóvel da Prefeitura, por meio de credenciamento. Tal modelo permite ampla cobertura territorial, execução imediata, controle orçamentário por procedimento executado e plena conformidade legal, representando, assim, a alternativa mais vantajosa para o interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Praça Getúlio Vargas, nº 280 – Centro – Foz do Iguaçu – PR – Fone: (45) 2105 1319/1323

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

LICITAÇÕES, CONTRATOS E PARCERIAS

1.3. Da Escolha do Credenciamento:

Em conformidade com o disposto no inciso II do caput e §1º do art. 79 da Lei nº 14.133/2021, a escolha pelo **credenciamento** justifica-se em razão da natureza do objeto — caracterizado pela prestação de serviços de forma contínua e padronizada por diversos interessados que preencham previamente os requisitos definidos em edital.

Foram analisadas experiências similares em outros entes da Administração Pública, por meio de pesquisa em publicações oficiais, como o Diário Oficial dos Municípios e o Painel de Preços do Governo Federal, com o objetivo de verificar a existência de soluções alternativas, metodologias mais eficazes ou inovações capazes de atender de forma mais eficiente ao interesse público.

Verificou-se que o credenciamento representa a solução mais adequada, especialmente por permitir à Administração a contratação de múltiplos interessados de forma isonômica e não exclusiva, conforme a demanda e a capacidade de atendimento de cada credenciado, assegurando a ampliação da rede de prestadores, maior capilaridade na execução e continuidade dos serviços.

A adoção desse modelo também observa o princípio da impessoalidade, uma vez que não há competição entre os interessados, mas sim habilitação condicionada ao atendimento dos critérios previamente definidos, garantindo igualdade de oportunidades e o atendimento eficiente às necessidades administrativas.

Assim, a escolha pelo credenciamento revela-se técnica, econômica e juridicamente adequada, estando plenamente respaldada nos dispositivos legais e nos princípios que regem a contratação pública.

Figuras 13 a 16 – telas comprobatórias extraídas do item III.1.2 a III.1.3, pp. 16 a 18 do ETP

No caso em tela, observa-se que a fase de planejamento contemplou análise comparativa entre possíveis modelos de atendimento da necessidade pública, com ênfase nas alternativas operacionais disponíveis para viabilizar a política de controle populacional de cães e gatos no Município de Foz do Iguaçu, especialmente por meio de castração cirúrgica e microchipagem.

No decorrer da argumentação foram estruturadas três possibilidades operacionais para atendimento da demanda: a. implantação de centro cirúrgico municipal próprio; b. execução direta com equipe própria da Administração por meio de unidade móvel; e c. contratação de empresas especializadas por meio de credenciamento, com utilização do Castramóvel pertencente ao Município. Para cada alternativa, foram apontadas estimativas

Praça Getúlio Vargas, nº 280 – Centro – Foz do Iguaçu – PR – Fone: (45) 2105 1319/1323

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

LICITAÇÕES, CONTRATOS E PARCERIAS

de custo, limitações de pessoal, capacidade de resposta, riscos operacionais e exigências logísticas, com base em critérios de viabilidade técnica, econômica e jurídica. A opção pelo modelo de credenciamento decorreu da constatação de que as soluções internas, embora possíveis na teoria, são atualmente inviáveis devido à ausência de concurso público vigente para provimento de cargos específicos, aos custos fixos elevados e à rigidez operacional.

Nessa conjuntura, a contratação de múltiplos prestadores especializados, mediante habilitação prévia e sem exclusividade, mostra-se, na narrativa da Demandante, mais flexível, escalável e eficiente, pois permite à Administração ampliar o alcance territorial das ações, racionalizar os recursos públicos e preservar o controle orçamentário por meio de pagamentos vinculados à efetiva execução dos serviços.

Conforme bem apontado na justificativa, o credenciamento permite ampliar a rede de atendimento sem necessidade de disputa entre os interessados, bastando que os prestadores atendam aos requisitos técnicos previamente definidos, o que garante maior efetividade na prestação do serviço e reduz os riscos decorrentes da concentração em um único contratado.

Nessa linha, Ansaloni e Thebit (2022, p.26)⁵ asseveram que, o substrato fático do credenciamento consiste na *“contratação na qual inexistem razões para que a Administração Pública restrinja o número de contratados, uma vez que mais participantes credenciados enseja maior eficiência e eficácia para o alcance do objeto sem maiores ônus para a Administração.”* A citação retro reforça que a adoção do Credenciamento se dá em situações em que a amplitude da rede de execução é benéfica ao interesse público, como no presente caso.

Cumprir citar que, ainda que se trate de serviço especializado, o objeto é suficientemente padronizado para permitir a fixação de critérios objetivos no edital e a contratação de todos os interessados que os atenderem, com remuneração previamente estipulada.

⁵ ANSALONI, Felipe; Thebit, Leonardo. **Credenciamento**: do conceito à operacionalização nas compras públicas. Belo Horizonte: Fórum, 2022, 139p.

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

LICITAÇÕES, CONTRATOS E PARCERIAS

Dessa forma, à luz do planejamento apresentado, conclui-se que o modelo de credenciamento, além de juridicamente viável, revela-se, a partir das informações elencadas pela SMMA, como a solução mais vantajosa sob a ótica do interesse público, por conjugar livre concorrência, ampliação de acesso, mitigação de riscos operacionais e racionalização dos custos administrativos.

Não obstante, repiso que o fato de o Chamamento Público já ter sido realizado anteriormente, ainda que sob outras especificidades, não exime a Administração do dever de justificar, com rigor técnico e motivação atualizada, a adoção da mesma solução para esta demanda. Em contraste, a experiência pretérita com esse procedimento auxiliar amplia a responsabilidade da unidade demandante, a qual agora dispõe de elementos fáticos concretos, inclusive resultados da execução anterior, para analisar com mais profundidade os sucessos, limitações, riscos e eventuais melhorias da política implementada.

Dito isso, considerando o impacto desta contratação sobre a política ambiental de controle populacional de animais domésticos, recomenda-se que a Secretaria Demandante fortaleça o planejamento, a partir da juntada de relatório sintético sobre a execução de chamamentos anteriores com objeto correlato, com apresentação de dados e evidências qualitativas e quantitativas que permitam aferir os resultados vantajosos obtidos, os desafios enfrentados e os eventuais aprimoramentos adotados para o novo ciclo.

Perpassado o mérito, no que se refere ao aspecto instrutório/formal, o art. 72 da Lei nº 14.133/21, ao mesmo tempo em que permitiu a contratação direta, também impôs uma série de requisitos para tanto. Em verdade, a maioria das obrigações listadas na referida norma não deixa de ser documentos básicos que se exigiria em qualquer outro certame ou contratação.⁶

Ainda sobre o aspecto da legalidade, considerando que do procedimento auxiliar de credenciamento decorrerão contratações diretas, via inexigibilidade de licitação, fica aqui ratificada a necessidade de respectiva adequação formal, no cabível, ao disposto no 72 da Lei 14.133/2021 e art. 197 do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

⁶ HEINEN, Juliano. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 4ª, revista, atualizada e ampliada. Ed. São Paulo: Editora Juspodvm, 2024. p. 607.

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

LICITAÇÕES, CONTRATOS E PARCERIAS

Com efeito, sem adentrar em nuances meritórias, friso que os documentos da fase de planejamento devem apresentar a totalidade dos requisitos essenciais legalmente previstos (DFD: art. 87 do Decreto Municipal nº 32.398/2024; ETP: arts. 6º, XX; 18, I; §1º, §2º, da Lei nº 14.133/2021 e art. 91 do Decreto Municipal nº 32.398/2024; IR: arts. 6º, XXIII; 18, II, 40, §1º, da Lei nº 14.133/2021 e art. 98 e seguintes do Decreto Municipal nº 32.398/2024).

Caso o ETP apresentado seja versão resumida, isto é, limite-se aos requisitos mínimos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do art. 18 §2º, da Lei nº 14.133/2021, deve a origem justificar os requisitos não aplicáveis à hipótese.

Nesta seara, cito que há lista de verificação preenchida por agente público da SMMA (ROSANE APARECIDA RAMOS DA SILVA), com ateste de que foram cumpridos os requisitos da fase preparatória supracitados.

No ensejo, ausente lista de conformidade de responsabilidade do Agente de Contratação (Pregoeiro Willian Simão Soares de Souza). Conforme orientação desta Procuradoria, previamente formalizada no Memorando nº 18.433/2024, de 08/04/2024, embora o Decreto regulamentador atribua à unidade requisitante o dever de checagem, a partir da interpretação sistemática dos arts. 8º e 169, I, §3º, da Lei nº 14.133/2021, conclui-se que também compete ao Agente de Contratação atestar a regularidade da instrução documental do processo licitatório ao qual foi designado. Dito isso, cumpra-se a diligência, com a juntada do documento.

Quanto a esse último ponto, aponto também para a imprescindível juntada da Portaria de Designação do Agente de Contratação correspondente, igualmente ausente na instrução do feito.

Noto que para composição da cesta de preços utilizou-se o **menor preço**, com motivação acerca da escolha dessa metodologia, nos termos dos §§2º, 4º e 5º do art. 104, do Decreto Municipal nº 32.398/2024)). A Secretaria de origem forneceu documento específico de cotação (relatório de pesquisa de preços), tendo como parâmetros pesquisas ao Portal Nacional de Contratações Públicas e

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

LICITAÇÕES, CONTRATOS E PARCERIAS

Painel de Preços (art. 104, I, do Decreto Municipal nº 32.398/2024) e cotações diretamente com fornecedores (art. 104, IV, do Decreto Municipal nº 32.398/2024).

Alerto que, em conformidade ao art. 104, §1º, do Decreto Municipal nº 32.398/2024, os parâmetros de pesquisa poderão ser utilizados de forma combinada ou não, justificada a metodologia utilizada para composição da cesta de preços e desde que sejam priorizados aqueles insculpidos nos incisos I, II e VI, regra parcialmente observada pela origem, havendo necessidade de motivação específica quanto à eventual impossibilidade de comparativo com contratações similares da própria administração municipal.

Além do não cumprimento das fontes preferenciais a serem abordadas na pesquisa, noto que a SMMA se utilizou de parâmetro notoriamente defasado, visto a consulta ao Painel de Preços envolve contratação datada de 24 de maio de 2024.

Em que pese a legalidade formal da fonte utilizada, o lapso temporal superior a um ano e três meses compromete de maneira substancial a representatividade dos preços praticados atualmente no mercado, especialmente em cenário econômico caracterizado por instabilidade e frequente oscilação de preços. Trata-se, portanto, de equívoco metodológico relevante, que compromete a fidedignidade da estimativa de preços e, por conseguinte, a própria racionalidade da contratação pública.

Em resumo: não é recomendado que, diante do contexto e da ampla disponibilidade de fontes atualizadas, sobretudo considerando a recorrência desse serviço como parte da progressão da política nacional de controle populacional de animais, a Administração Municipal apoie-se em dados obsoletos. Logo, recomenda-se, com veemência, a atualização imediata da pesquisa de preços, com base em contratações e cotações recentes, extraídas de fontes confiáveis e dentro de prazo razoável.

Em acréscimo, observa-se que nada é dito acerca da exclusão de preços considerados inexecutáveis ou excessivamente elevados, por meio de critérios técnicos explicitados, o que também deve ser providenciado, em observância ao §3º do art. 104 do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

Praça Getúlio Vargas, nº 280 – Centro – Foz do Iguaçu – PR – Fone: (45) 2105 1319/1323

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

LICITAÇÕES, CONTRATOS E PARCERIAS

No ensejo, deverá a origem esclarecer se foi observada, na coleta dos valores utilizados na composição da pesquisa de preços, a devida atualização monetária pelo IPCA, desde a data da contratação ou aquisição original até a data da pesquisa, conforme exigido nos incisos I e II, do art. 104 do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

Ante o exposto, caso a atualização monetária não tenha sido efetivamente aplicada a essas demais fontes, impõe-se à origem promover a readequação dos valores, observando os parâmetros definidos no Decreto, ou apresentar justificativa técnica devidamente fundamentada em sentido contrário.

No que tange às cotações diretamente com fornecedores, o art. 105, do Decreto Municipal nº 32.398/2024, preconiza que há requisitos formais mínimos a serem seguidos (I – emissão em documento que conste os dados da empresa; II – data da validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias); III – especificação do preço unitário e total e IV – nome do responsável na pessoa jurídica pela cotação de preços). Os dois orçamentos apresentados (pp. 4 a 5 do doc. 08) não guardam conformidade ao regulamento municipal, ante a ausência de validade da cotação de preços, o que deve ser retificado, ainda que por diligência posterior da SMMA, devidamente certificada no feito.

Além disso, a partir dessa observação, pondero que a estimativa de preços foi construída com base em apenas duas cotações isoladas, sem qualquer detalhamento quanto às empresas que eventualmente se recusaram ou deixaram de responder às solicitações da Administração. Essa omissão compromete a transparência do procedimento e afronta o disposto no art. 23, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021 e no art. 104 do Decreto Municipal nº 32.398/2024, os quais exigem que a Administração demonstre a impessoalidade e a ampla consulta ao mercado no processo de formação da estimativa de preços.

A fragilidade torna-se ainda mais relevante considerando que se trata de credenciamento voltado à execução de política pública de significativo impacto social, cuja finalidade é ampliar o acesso à castração e microchipagem de animais em áreas periféricas do Município. Nesse contexto, é essencial que os

Praça Getúlio Vargas, nº 280 – Centro – Foz do Iguaçu – PR – Fone: (45) 2105 1319/1323

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

LICITAÇÕES, CONTRATOS E PARCERIAS

valores fixados reflitam de forma fidedigna a realidade de mercado local, sob pena de comprometer a isonomia entre os prestadores e a efetividade da política pública.

Vale dizer: a consulta a apenas dois fornecedores, sem comprovação de tentativas frustradas de obtenção de preços junto a outros potenciais interessados, impede a aferição de se os valores estimados estão condizentes com os praticados na localidade. Esse cenário, por sua vez, potencialmente acarreta distorções ou até mesmo barreiras à adesão dos interessados. Importa destacar, ademais, que a própria Administração Municipal possui, histórico consolidado de credenciamentos no mesmo segmento, o que revela a existência de base significativa de possíveis fornecedores atuantes no Município a serem consultados.

Diante desse contexto, não se pode justificar a limitação da pesquisa de preços a apenas dois fornecedores, sobretudo sem a demonstração de que os demais foram contatados e recusaram ou não responderam às solicitações. Repiso: a ausência de abordagem mais ampla e representativa compromete a equidade e a racionalidade da cesta de preços, com risco de adoção de valores inflacionados ou descolados da prática local, aspecto que também compromete a efetividade da política a ser implantada.

Recomenda-se, assim, que a unidade demandante complemente a pesquisa com novas cotações junto aos prestadores anteriormente contratados ou credenciados ou apresente justificativa formal para a não inclusão de tais agentes no levantamento.

Pelas razões expostas e com base na documentação apresentada, constata-se que o levantamento de preços **carece de regularidade**, sobretudo no que reputa a 1. representatividade insuficiente de parâmetros de pesquisa; 2. não comprovação da impessoalidade no acionamento de potenciais fornecedores; 3. utilização de valores potencialmente defasados; 4. orçamentos diretamente com fornecedores em desacordo à regulamentação; 5. ausência de atualização dos valores coletados e 6. falta de justificativa quanto à eventual desconsideração de preços excessivamente elevados.

Praça Getúlio Vargas, nº 280 – Centro – Foz do Iguaçu – PR – Fone: (45) 2105 1319/1323

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

LICITAÇÕES, CONTRATOS E PARCERIAS

Nesses termos, ressalvadas as recomendações anteriormente consignadas, recomenda-se a total retificação do relatório de pesquisa de preços para fins de conformidade com o disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, bem como nos arts. 22, inciso IV, e 102 a 116 do Decreto Municipal nº 32.398/2024, que tratam dos critérios, fontes e metodologias aplicáveis à pesquisa de preços.

Na documentação da fase de planejamento, verifica-se presença de declaração de indicação de gestor e fiscal, documento subscrito pelo ordenador de despesas, o qual contém ciência dos agentes designados (art. 22, VI, do Decreto Municipal nº 32.398/2024), além de indicação dos dispositivos legais incidentes no processo de atribuição (art. 7º e art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e art. 300 do Decreto Municipal nº 32.398/2024).

En passant, reitero que no processo de atribuição de funções de fiscalização, sejam priorizados servidores de carreira, isto é, do quadro efetivo da Administração, ou robustamente comprovada e registrada a impossibilidade de fazê-lo, por parte da autoridade ordenadora de despesas.

Na situação em tela, o aspecto fora integralmente observado, inclusive com emissão de Portaria nº 81.887, publicada no Diário Oficial do Município nº 5.241 na data de 11 de junho de 2025, em conformidade ao art. 86, II, da Lei Orgânica do Município de Foz do Iguaçu c/c art. 300 do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

Adicionalmente, em atenção aos pareceres anteriores desta Especializada, fora acostada comprovação de constituição de Comissão específica (doc 3.1) responsável pela análise de documentação das futuras pessoas jurídicas credenciadas, dever inserido na cláusula 1.4 da Minuta do Edital.

Por oportuno, cita-se que há declaração de adequação orçamentária, devidamente subscrita e assinada digitalmente pela autoridade máxima do órgão, acompanhada de Requisição de Material e/ou Serviços (RMS), no valor total deste procedimento auxiliar.

Em relação ao Instrumento de Medição de Resultados (IMR) acostado ao processo, cumpre apontar que, embora a estrutura geral seja adequada e contemple a medição por indicadores objetivos, há aspectos que demandam

Praça Getúlio Vargas, nº 280 – Centro – Foz do Iguaçu – PR – Fone: (45) 2105 1319/1323

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

LICITAÇÕES, CONTRATOS E PARCERIAS

aprimoramento técnico em prol da plena conformidade com os arts. 311 a 314 do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

De início, observa-se que o IMR não apresenta justificativas técnicas quanto à pertinência dos indicadores escolhidos nem quanto à lógica dos pesos atribuídos a cada um deles.

Conforme dispõe o art. 312, §1º, do Decreto Municipal nº 32.398/2024, os critérios e indicadores devem ser formulados e justificados na fase preparatória, com explicação sobre sua relevância em relação ao objeto contratual, sua operacionalização durante a execução e a congruência entre o peso atribuído e a natureza do serviço avaliado.

Ainda no tocante ao art. 312, §2º, alínea “c”, do mesmo Decreto, não se verifica previsão expressa de tratamento mais brando para falhas ínfimas ou de baixa materialidade. Referido dispositivo permite que o não atendimento das metas, por pequena diferença, em indicadores não críticos, possa ensejar apenas notificação nas primeiras ocorrências, a critério do fiscal e do gestor, com vistas à preservação da continuidade da contratação.

Contudo, o IMR ora analisado estabelece redutores de pagamento desde faixas pouco abaixo da pontuação máxima, sem prever margem de tolerância para ocorrências pontuais, o que pode levar a glosas desproporcionais. Recomenda-se, assim, a inclusão de cláusula específica que faculte o uso de advertência formal em substituição à glosa, nos casos de falhas leves e não reiteradas.

No que se refere à previsão de sanções, embora haja menção genérica à possibilidade de aplicação contratual, o instrumento carece de especificação quanto às sanções cabíveis e às condições para sua imposição, em desacordo com o art. 312, §2º, inciso V. Da mesma forma, o IMR não explicita a separação entre a glosa de pagamento e a aplicação de penalidade contratual, conforme exige o art. 312, §4º, sendo recomendável a inserção de cláusula que evite a sobreposição indevida desses institutos.

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

LICITAÇÕES, CONTRATOS E PARCERIAS

Em relação aos parâmetros de pagamento, a tabela constante do item 2.1 apresenta faixas percentuais de desconto proporcionais à pontuação aferida, atendendo parcialmente ao art. 312, §2º, inciso IV, alínea “a”.

No entanto, não há previsão do limite máximo de glosa permitido, nos termos do art. 312, §5º, que estabelece teto de 30% da base de cálculo, exceto se devidamente justificado. Igualmente, inexiste disposição sobre a possibilidade de aplicação de penalidade contratual específica na hipótese de ultrapassagem desse limite, em descumprimento ao §6º do mesmo artigo.

Outrossim, o instrumento não contempla cláusula específica para tratamento de eventos de caso fortuito ou força maior que possam impactar a execução contratual. De acordo com o art. 312, §7º, tais eventos afastam a aplicação de sanções, embora não autorizem o pagamento integral dos valores.

No tocante à participação do público usuário na fiscalização, verifica-se que o IMR prevê a aplicação mensal de pesquisa de satisfação (indicador n.º 4), o que se coaduna com o disposto no art. 313 do Decreto. Não obstante, recomenda-se que se explicita o limite máximo de 10% de participação da avaliação do usuário no total da pontuação do IMR, a fim de garantir conformidade formal com o dispositivo.

Por fim, quanto às decisões sobre reclamações e manifestações da contratada, embora o IMR preveja o direito de resposta aos relatórios de avaliação e o envio de justificativas à fiscalização, não se verifica menção ao prazo de 1 (um) mês previsto no caput do art. 314 para resposta às solicitações ou reclamações, nem à possibilidade de prorrogação, nos termos do §1º. É prudente que o IMR ou o contrato expressem esses prazos claramente, de modo a assegurar previsibilidade e segurança jurídica à execução contratual.

Dessa forma, embora o IMR contenha elementos estruturantes compatíveis com os artigos 311 e 312 do Decreto Municipal nº 32.398/2024, carece de ajustes relevantes para garantir sua aderência plena à regulamentação vigente, especialmente quanto aos limites de glosa, margem de tolerância, fundamentação dos indicadores, distinção entre glosa e sanção, e tratamento para hipóteses de força maior.

Praça Getúlio Vargas, nº 280 – Centro – Foz do Iguaçu – PR – Fone: (45) 2105 1319/1323

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

LICITAÇÕES, CONTRATOS E PARCERIAS

Quanto à contratação em si, reitero que é discricionariedade do Gestor a análise e decisão final quanto ao procedimento a ser adotado, considerados os elementos apresentados, devendo ter redobrada cautela ao ratificar o real interesse público e sua instrumentalização através da contratação direta em detrimento da realização do procedimento licitatório.

A cautela sugerida, não à toa, vai ao encontro ao entendimento exarado pelo Plenário do Tribunal de Contas da União, processo nº 016.171/94:

"Finalizando, constatamos ter ficado devidamente esclarecido no processo TC 008.797/93-5 que o sistema de credenciamento, quando realizado com a devida cautela, assegurando tratamento isonômico aos interessados na prestação dos serviços e negociando-se as condições de atendimento, obtém-se uma melhor qualidade dos serviços além do menor preço, podendo ser adotado sem licitação amparado no art. 25 da Lei 8.666/93 (Decisão nº 104/1995 - Plenário)."

Uma vez caracterizada a adequação legal e aspectos formais da utilização do instituto credenciamento, conforme formatação apresentada pela Secretaria de origem, enquanto procedimento auxiliar prévio para contratações diretas de empresas especializadas no serviço de castração cirúrgica e microchipagem de espécies caninas e felinas machos, passa-se a analisar se minuta do Edital, seus anexos e modelos, em especial da minuta do contrato a ser firmado com os potenciais credenciados.

Quanto à minuta do edital em si, infere-se tratar de modelo padronizado pela Diretoria de Licitações e Contratos, contendo as adequações cabíveis ao caso concreto, bem como, ademais (no cabível) das disposições essenciais previstas nos arts. 25 e 79 da Lei nº 14.133/2021 e nos arts. 205 a 208 do Decreto Municipal nº 32.398/2024, além de outros pertinentes à espécie, diluídos nos seguintes itens: disposições preliminares; pedidos de esclarecimento; objeto e da definição; das condições de participação; documentação para participação; condições para prestação do serviço; procedimento para o credenciamento; descredenciamento; recurso; divulgação do resultado; contrato; valores, reajuste e forma de pagamento; produção; fontes de recursos; obrigações dos

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

LICITAÇÕES, CONTRATOS E PARCERIAS

contratados; obrigações da contratante; prazo de vigência; fiscalização e execução; sanções administrativas; disposições finais; anexos.

Saliento, a esse respeito, que a minuta apresentada permite, isonomicamente, o cadastramento de todos os interessados que atendam os requisitos legais, a qualquer tempo, consoante se depreende das cláusulas 7.2 e 17.1, em acordo ao art. 79, parágrafo único, I, da Lei nº 14.133/2021 e art. 205, §1º, I, do Decreto Municipal 32.398/2024.

Apesar disso, ressalvo a necessidade de que a origem melhor esclareça os critérios de distribuição de demandas e de convocação dos Credenciados, tendo em vista que a cláusula 7.9 do edital limita-se a dispor que “a distribuição será de forma igualitária e/ou proporcional entre os proponentes que apresentarem propostas para os mesmos itens, considerando as quantidades ofertadas e a capacidade de atendimento instalada”. Referida previsão demanda maior detalhamento, nos termos do art. 79, II, da Lei nº 14.133/2021, art. 205, §1º, inciso II, e art. 206, inciso V, ambos do Decreto Municipal nº 32.398/2024, a fim de assegurar a transparência e a isonomia entre os prestadores habilitados, critério basilar na seara do credenciamento.

Por outro lado, há previsão de que o credenciado poderá, a qualquer tempo, solicitar o descredenciamento, mediante o envio de solicitação escrita (cláusula 8.2), prática esperada de flexibilidade contratual típica da hipótese legal. A hipótese, contudo, não desincumbe o credenciamento do cumprimento das obrigações até então assumidas (cláusula 8.4). A presença desses regramentos está em convergência aos arts. 206, §1º e §3º, do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

Acerca da admissão de denúncia, por qualquer das partes (art. 205, §1º, VIII, do Decreto Municipal nº 32.398/2024), há disposição específica de que o descredenciamento poderá se dar por ato da administração pública, com prazo assinalado (cláusulas 8.1, 8.2 e 8.3), sem gerar direito à indenização, mediante as hipóteses de inexecução total ou parcial; negligência, imprudência ou imperícia; culpa do credenciado ou aplicação de penalidades de impedimento de licitar e contratar com a administração pública ou declaração de idoneidade (cláusulas 8.5.1 a 8.5.4), em observância aos arts. 206, §2º, do Decreto Municipal nº

Praça Getúlio Vargas, nº 280 – Centro – Foz do Iguaçu – PR – Fone: (45) 2105 1319/1323

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

LICITAÇÕES, CONTRATOS E PARCERIAS

32.398/2024, com observância ao contraditório e a ampla defesa (art. 206, §4º, do Decreto Municipal nº 32.398/2024), cautela, inclusive, expressas nas cláusulas 8.5.1 e 20.5.

As condições de contratação são padronizadas, com definição do valor das contratações, aspecto descrito na cláusula 3.4, nos termos do art. 79, parágrafo único, III, da Lei nº 14.133/2023 e art. 205, §1º, III, do Decreto Municipal 32.398/2024.

Embora as cláusulas 18.9 a 18.17 regulem a contratação de terceiros, ausente, entretanto, vedação expressa do cometimento a terceiros do objeto sem a expressa autorização da Administração, o que deve ser complementado, em consonância ao art. 205, §1º, VI, do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

Por oportuno, cito que embora a minuta preveja que o valor dos serviços poderão ser reajustados monetariamente por índices oficiais de correção e/ou por meio de nova pesquisa mercadológica (cláusula 12.2), em conformidade ao art. 205, §4º, do Decreto Municipal nº 32.398/2024 considero relevante explicitar, pautado nos princípios da transparência e na isonomia, que qualquer modificação de valores do credenciamento alcança automaticamente todos os credenciados, consoante art. 205, §6º, do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

Na cláusula 7.8, por sua vez, há o alerta imbuído no §2º do art. 205 do Decreto Municipal nº 32.398/2024, de que o valor do contrato de credenciamento é meramente estimativo, não gerando qualquer direito aos credenciados para a contratação do valor integral.

Tocante aos recursos, percebo que o fluxo documental está descrito na cláusula 9 e subitens da minuta editalícia, em cumprimento ao art. 207, §4º, do Decreto Municipal nº 32.398/2024. Na cláusula 9.6, inclusive, há menção acertada quanto ao prazo regulamentar estabelecido em 5 (cinco) dias úteis para reconsideração da decisão anteriormente exarada (art. 207, §2º, do Decreto Municipal nº 32.398/2024).

Do mesmo modo, aponto que, em caso de manutenção da decisão recorrida, o recurso deverá ser encaminhado para julgamento da autoridade

Praça Getúlio Vargas, nº 280 – Centro – Foz do Iguaçu – PR – Fone: (45) 2105 1319/1323

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

LICITAÇÕES, CONTRATOS E PARCERIAS

superior responsável pelo certame ou à gestão do contrato, (art. 207, §3º, do Decreto Municipal nº 32.398/2024).

Com a finalidade de resguardar eventual revalidação documental e garantir a manutenção das condições de habilitação durante a vigência da Chamada Pública, acertadamente consta expressamente no Edital (cláusula 17.2) e no instrumento contratual a disposição regulamentar do art. 208 do Decreto Municipal nº 32.398/2024

Quanto aos anexos finais, verifica-se referência às seguintes peças: modelos de carta credencial, solicitação de credenciamento, declaração conjunta e elaboração independente de proposta; além do termo de referência e da minuta do contrato, o que atende o disposto no art. 206, X e XI do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

Ressalta-se, contudo, que o Instrumento de Medição de Resultados (IMR), embora conste entre as páginas 33 a 36 do Termo de Referência, não foi destacado como anexo próprio, conforme exigido pelo art. 146, §1º, inciso III, do Decreto Municipal nº 32.398/2024, condição que deve ser devidamente ajustada.

Do mesmo modo, considera-se essencial que o teor do edital mencione expressamente a existência do IMR, com referência aos seus objetivos, critérios de avaliação e impactos na aferição e no pagamento pelos serviços, nos termos dos arts. 311 a 314 do Decreto Municipal nº 32.398/2024, de modo a assegurar transparência, previsibilidade contratual e ampla ciência por parte dos interessados.

Convém reforçar que o credenciamento deve permanecer aberto durante toda a vigência da Chamada Pública, ficando o edital à disposição dos interessados em sítio eletrônico oficial (art. 79, parágrafo único, I, da Lei nº 14.133/2021 e art. 205, §1º, I, do Decreto Municipal nº 32.398/2024).

Em especial quanto à minuta do contrato, o instrumento aparenta suficiente adequação ao regramento da execução do seu objeto, bem como, no cabível, ao disposto nos arts. 18, VI; 25, §3º; 89; 91 e 92 da Lei nº 14.133/2021 e

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

LICITAÇÕES, CONTRATOS E PARCERIAS

art. 205, §§2º, 4º, 5º e 6º e art. 206, VIII e §§1º, 2º, 3º, 4º e art. 269 e seguintes do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

Entretanto, há alguns pontos que merecem atenção: a. não há cláusula que explicita expressamente que o valor do contrato é meramente estimativo, conforme preceitua o §2º do art. 205 do Decreto. Embora essa característica seja inerente ao procedimento auxiliar do credenciamento, a ausência no texto contratual pode gerar dúvidas quanto à obrigatoriedade de pagamento do valor global estimado e b. embora a minuta esteja em formato eletrônico, não consta cláusula específica com a indicação do endereço oficial de e-mail da contratada como canal preferencial de comunicações, conforme impõe o §1º do art. 269 do Decreto nº 32.398/2024.

Recomenda-se, por fim, que a origem avalie a conveniência de adoção de termo único de adesão contratual aos credenciados, conforme faculdade do §5º do art. 205, do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

Em derradeiro, ausente citação quanto à existência do Instrumento de Medição de Resultados (IMR) elaborado pela SMMA (pp. 33 a 36 do TR), condição a ser complementada, visto a influência nos critérios de medição e pagamento de notas fiscais.

Destaco, por fim, a necessidade de observância do art. 94, li, da Lei nº 14.133/2021 e do art. 207, caput, do Decreto Municipal nº 32.398/2024, cujos teores definem que a divulgação dos Contratos firmados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para sua eficácia e seus aditamentos, sendo que, para licitações, o prazo de divulgação é publicação é de 10 (dez) dias úteis, visto tratar-se de contratação direta.

Em derradeiro, cabe ressaltar, veementemente, a constatação de que embora a Lei nº 14.133/2021 demonstre profunda preocupação com o planejamento das contratações públicas, ao primar pela atuação estratégica e coordenada da Administração, a realidade do Município ainda está em flagrante descompasso com essas diretrizes. Os dispositivos legais são inequívocos: o art. 5º consagra o planejamento como princípio estruturante; o art. 11, parágrafo único, e o art. 12, VII, elevam a elaboração do Plano de Contratações Anual (PCA)

Praça Getúlio Vargas, nº 280 – Centro – Foz do Iguaçu – PR – Fone: (45) 2105 1319/1323

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

LICITAÇÕES, CONTRATOS E PARCERIAS

como instrumento de racionalização das contratações públicas; o caput do art. 18 reforça a necessidade de que a instrução do processo licitatório se compatibilize com o PCA; o art. 72, I, trata do planejamento como pré-condição da contratação direta. Apesar de todo esse arcabouço, até a presente não há sequer minuta pública ou rascunho do PCA elaborado pelo Município.

Destaco que, desde a publicação da Lei nº 14.133/2021, sobretudo após a regulamentação municipal, datada de março de 2024, esta Especializada tem, de forma recorrente, apontado em todos os pareceres e manifestações jurídicas a ausência do Plano de Contratações Anuais (PCA) como risco considerável à gestão.

Nesse sentido, o Decreto Municipal nº 32.398/2024 atribui expressamente à Diretoria de Licitações e Contratos (DILC), vinculada à Secretaria Municipal da Administração e Recursos Humanos (SMAD) a competência para organizar o PCA (art. 2º, III) e determina à mesma pasta a elaboração do calendário anual de contratações com base nesse plano consolidado (art. 4º, IV).

O próprio decreto estabelece que cada secretaria deve possuir unidade responsável pela elaboração do seu PCA setorial (art. 75, §2º, IV), sendo que a ausência de sua entrega pode acarretar a exclusão da unidade requisitante dos processos licitatórios centralizados (art. 29 do Decreto Municipal nº 32.398/2024). Aliás, o art. 79, caput, do Decreto Municipal nº 32.398/2024 fixa a data limite de 30 de setembro de cada ano, o envio das demandas das unidades requisitantes, para fins de elaboração do plano de contratação anual provisório.

Não se trata, portanto, de mera recomendação ou diretriz programática: a elaboração do Plano de Contratações Anual (PCA) é obrigação plenamente regulamentada em âmbito municipal, cujo descumprimento fragiliza todo o sistema de governança das aquisições públicas, compromete a eficiência administrativa, expõe o ente federativo a riscos jurídicos e orçamentários e pode ensejar responsabilização.

Em suma: a ausência de PCA impede o adequado planejamento das contratações, está na contramão da lógica do novo regime jurídico e contraria

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

LICITAÇÕES, CONTRATOS E PARCERIAS

os princípios constitucionais da legalidade, eficiência e planejamento, dispostos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Ademais, relembro que o art. 11, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021, compete à alta administração do órgão ou entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, a implementação de processos e estruturas de governança, gestão de riscos e controles internos que assegurem o cumprimento dos objetivos da nova Lei, entre os quais se destacam o planejamento, a eficiência e a transparência nas contratações públicas.

Nessa lógica de argumentação, a não elaboração do Plano de Contratações Anual (PCA), em especial neste Município, com considerável volume de compras anual e numerosas Secretarias, impacta diretamente o desempenho e qualidade dos processos licitatórios e de contratação direta, aspecto que, mais uma vez, registro preocupação por parte desta Especializada.

Repiso que, embora tenham sido acostadas ao feito cópias de Documento de Formalização de Demanda (DFD) com inserção recente do presente objeto junto ao Sistema GovPlan, a elaboração do PCA municipal ainda está em andamento.

Nesse contexto, impõe-se urgente regularização da situação, com elaboração, validação, consolidação e publicação do Plano de Contratações Anual no sítio eletrônico oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, conforme arts. 4º, IV, 29, 75, caput, 83 e seguintes do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

III. CONCLUSÃO

Logo, não vislumbrando irregularidades e **desde que previamente observadas as ressalvas e recomendações retro**, o parecer é pela viabilidade jurídica de prosseguimento do processo, com a deflagração da fase externa, observadas as respectivas disposições da normatização regente, em especial, de partida, quanto à publicidade do edital, conforme art. 54 e §§ da Lei nº 14.133/2021 e art. 158 e seguintes do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

Praça Getúlio Vargas, nº 280 – Centro – Foz do Iguaçu – PR – Fone: (45) 2105 1319/1323

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

LICITAÇÕES, CONTRATOS E PARCERIAS

Foz do Iguaçu, data e assinatura por certificado digital.

Willy Costa Dolinski – Procurador do Município – OAB/PR 28.302

Praça Getúlio Vargas, nº 280 – Centro – Foz do Iguaçu – PR – Fone: (45) 2105 1319/1323

